

OS “NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS” E O PARADIGMA DAS CLASSES: é possível conciliá-los?

Daniel Pereira Andrade

Resumo

Os chamados “novos movimentos sociais”, que marcaram fortemente a segunda metade do século XX, trouxeram transformações extremamente significativas, inteiramente inesperadas por quaisquer teorias. Assim, a sociologia foi obrigada a repensar seus conceitos, abandonando alguns e produzindo outros. O presente trabalho questiona se o tradicional paradigma das classes sociais e da luta de classes possibilita uma compreensão teórica e política adequada desses diversos movimentos agrupados sob a mesma denominação. Percorrendo, ainda que superficialmente, a variedade e transformações que a teoria das classes apresenta, conclui-se que ela não é indicada para tal análise, na medida em que escamoteia a especificidade desses movimentos e acaba mesmo por se chocar com diversas de suas reivindicações políticas. Por fim, sugere-se uma nova perspectiva sociológica, que, ao invés de impor seus referenciais teóricos totalizantes aos movimentos sociais, toma a perspectiva particular destes como novo lugar de enunciação e interpretação.

Palavras-chave

Novos movimentos sociais. Classes sociais. Conflito. Teoria sociológica.

“NEW SOCIAL MOVEMENTS” AND THE CLASS’ PARADIGM: is it possible to reconciling them?

Abstract

The so-called “new social movements”, which deeply influenced the second half of the twentieth century, brought extremely meaningful transformations that were totally unexpected by any theories. In that way, sociology was forced to review its concepts, abandon others and build new ones. This work questions the possibility of understanding these movements’ (grouped under the same

concept) politics and theory from the traditional and social disputes paradigm. The conclusion that the social classes theory is not suitable for this analysis comes from our review of its variations and transformations. This theory hides these movements' specific features and even shocks itself against its political requests. Finally we suggest a new sociologic perspective that won't impose its totalized theoretical referentials to social movements, but takes their perspective as a new interpretation place.

Keywords

New social movements. Social classes. Conflict. Sociological theory.

Os chamados "novos movimentos sociais" englobam uma enorme diversidade de movimentos, como o feminista, o negro, o gay, o da antipsiquiatria, o estudantil, entre outros. Eles marcaram fortemente a segunda metade do século XX, atingindo seu ápice em maio de 1968, na Europa e Estados Unidos, e chegando com maior intensidade ao Brasil na década de 1980. Esses diferentes movimentos levantaram questões e criaram problemas para os paradigmas tradicionais da sociologia. As transformações extremamente significativas que trouxeram foram inteiramente inesperadas e não estavam previstas por quaisquer teorias. Assim, a sociologia foi obrigada a repensar seus conceitos, abandonando alguns e produzindo outros. Dentre eles, podemos destacar os conceitos de classe e de conflito, os quais serão aqui abordados a partir dos novos movimentos sociais, eixo central da discussão ora proposta.

Algumas questões podem nos guiar no encaminhamento dessa discussão: a) O que há de novo nos novos movimentos sociais e como eles rompem com alguns paradigmas tradicionais da sociologia? b) As classes e o tipo de conflito a elas relacionado possibilitam uma compreensão satisfatória destes movimentos? c) Qual a forma mais adequada para abordá-los? Ainda que extremamente inter-relacionadas, procuraremos responder a estas questões na ordem de sua apresentação.

1 O paradigma sociológico tradicional e as inovações dos “novos movimentos sociais”

Começamos, deste modo, por expor brevemente um paradigma tradicional das ciências sociais, referente ao tipo de unidade que caracteriza os agentes sociais e às formas assumidas pelo conflito entre eles. Segundo Laclau (1986, p. 41), as conceituações tradicionais de conflitos sociais têm sido tipificadas por meio de três características principais. A primeira diz respeito à identidade do agente, que seria determinada através de categorias pertencentes à estrutura social. O grupo seria concebido como uma unidade empírico-referencial, assumido *a priori* e tomado como um referente e princípio ao qual qualquer conflito poderia ser remetido. A segunda característica determina o significado dos conflitos dentro de um esquema evolucionário, teleológico. Independentemente da conscientização dos agentes, ela estaria ligada a um movimento intrínseco da História, tomado como ‘objetivo’. A terceira, por fim, vinculada às duas primeiras, tomaria a esfera política como um nível preciso do social, um espaço unificado. Nesta sociedade fechada nas dimensões sincrônica e diacrônica, enquanto a identidade dos agentes seria constituída em um determinado nível – por exemplo, o econômico –, a presença deles no nível político assumiria necessariamente a forma da representação de interesses.

Os novos movimentos sociais vão trazer novos tipos de sujeitos e agentes, de conflitos e de espaços políticos onde se desenvolvem.

Em primeiro lugar, a referência à estrutura mostra-se inteiramente insuficiente para a determinação da identidade dos agentes. As posições dos agentes sociais tornam-se autônomas; a autonomia passa a ser a base dos novos movimentos sociais. Por outro lado, a articulação entre as diferentes posições faz-se cada vez mais indeterminada. As diferenças e a heterogeneidade são afirmadas conscientemente, sem a preocupação da reconstrução da unidade em qualquer nível simbólico. Como afirma Paoli (1991, p. 109):

A formação dos sujeitos (individuais ou coletivos) passa por lugares inesperados e configurações inusitadas, assume uma pluralidade e uma individuação rebelde a definições e ao controle interpretativo. Auto-representa-se para quem e para além das racionalidades e sentidos já globalmente definidos.

Reivindicando o sentido de suas experiências tal como vivenciadas em práticas específicas de atribuição de significado, os agentes dos novos movimentos sociais constituem projetos cognitivos próprios. Sendo estes dificilmente redutíveis a um conhecimento exterior a eles, os novos sujeitos irão questionar agudamente a razão científica, que passa a ser vista como altamente comprometida com os mecanismos de mera reprodução da vida social. Suas práticas desmancham constantemente esse tecido conceitual, como se esse contínuo desmanchar fosse uma das condições das próprias práticas. Assim, procuram criar um espaço onde as determinações conceituais e as regras racionais não tenham vigência, onde seja possível uma afirmação de si, de seu mundo, de suas diferenças e similitudes, de suas identidades e alteridades, que não toma o discurso instituído da sociedade e da sociologia como normas legítimas que determinem o dever e/ou o ser. É esta autonomia auto-instituída de identidade na ação e no conflito que constitui uma das novidades dos novos movimentos sociais.

Em segundo lugar, como consequência direta desse processo, o conhecimento da sociedade perde seu ponto central de referência (seja ele um modo de produção determinado, ou um conjunto de valores morais ou religiosos unificados), o qual operava como uma instância de totalização de onde se podia deduzir ou encadear sistematicamente todos os fenômenos ou acontecimentos. O preço de sua manutenção é a permanência em um nível de abstração tão elevado, que não pode mais dar conta da vida social. Os novos movimentos sociais não apontam para uma totalidade objetiva que unificaria seus projetos, reivindicações, formas de luta e organização. Seu caráter sinuoso e imprevisível, sua raiz subjetiva (a liberdade) não se enquadram em nenhuma regra positiva *a priori*. Deste modo, como explica Bruni (1988, p. 30):

Se quisermos dar um mínimo de flexibilidade ao objetivismo, teremos de pensar a sociedade como pluralidade de dimensões intercruzadas, dimensões que não possuem essência própria e fixa, mas que se fazem e desfazem ao sabor das múltiplas ações de sujeitos individuais e coletivos que assim se afirmam estritamente no momento da luta, mas que não mais constituem para a teoria uma figura plena, homogênea, estruturada, racional e integrada.

Em terceiro lugar, este colapso da unidade sincrônica entre as diferentes posições do agente ocasionou uma crise na teoria diacrônica de 'estágios'. Assim, da mesma forma que uma determinada posição de sujeito – por exemplo, nas relações de produção – não fornece automaticamente nenhuma determinação necessária das outras posições, torna-se impossível relacionar cada posição individual com uma sucessão racional e necessária de estágios (LACLAU, 1986, p. 42).

Em quarto e último lugar, pensar o político como um nível social específico, um espaço fechado, uma instância unificada, superior e neutra, que seja o interlocutor, árbitro e atendente de demandas, enfim, pensar o político como o lugar onde os interesses dos agentes sociais estariam representados, não é mais possível. Se a identidade dos agentes não é mais concebida como constituída em um nível determinado, a presença desses agentes em outros níveis também não pode mais ser concebida como uma representação de interesses (LACLAU, 1986). Os novos movimentos sociais colocam em cheque esta idéia e prática tradicional da política: a representação. Isto porque esta delegação do poder é sentida como perda de poder, pois as garantias de atuação combativa do representante são precárias. Também porque o Estado não é visto como órgão de resolução geral dos conflitos, mas como lugar ritual de formalização das demandas. Por fim, porque o que se exige não é tanto atendimento de interesses, mas cumprimento de justiça. Assim, o político deixa de ser um nível do social, tornando-se uma dimensão presente ao longo de toda prática social.

Os novos movimentos sociais têm se caracterizado por uma crescente politização da vida social. Cada movimento cria um espaço próprio de intensa politização, não em sua relação com o Estado, mas na luta por novos direitos. Multiplicam-se as expressões políticas de opressão, porque as expressões são diversas, constituem dados de experiência que deslocam continuamente a fronteira entre o político e o não político. A questão do poder espraia-se por todos os recantos do social. A vida cotidiana será o espaço onde a prática dos novos movimentos sociais vai se dar. Ela passa a ser vista "não como o lugar da rotina e do hábito, mas como a dimensão real e concreta onde efetivamente os sujeitos são sujeitos e onde se dá a experiência concreta da dominação e da opressão." (BRUNI, 1988, p. 27). Assim, os novos movimentos sociais vão questionar o fundamento da legitimidade do Estado, apontando para a

exigência de uma democracia substantiva. Segundo escreve Laclau (1986, p. 46):

O potencial radicalmente democrático dos novos movimentos sociais reside precisamente nisto – em suas exigências implícitas de uma visão indeterminada e radicalmente aberta da sociedade, na medida em que cada arranjo social ‘global’ representa somente o resultado contingente de operações de barganha entre uma pluralidade de espaços, e não uma categoria básica, a qual determinaria o significado e os limites de cada um destes espaços.

A partir desse conjunto de ações múltiplas e pluridirecionais, a ‘sociedade’, pensada como entidade racional e inteligível, um sistema estável e conceitualmente entendível de diferença, se esfacela. Em seu lugar teríamos o ‘social’, que designaria “o espaço inteiramente cambiante e oscilante de um sem número de articulações contingentes, lugar de uma pluralidade de dimensões inter cruzadas e sempre em movimento.” (BRUNI, 1988, p. 32).

2 Classes, conflito de classes e a (in)compreensão dos “novos movimentos sociais”

Explicitando as novidades trazidas pelos novos movimentos sociais, respondemos à primeira questão. Cumpre agora passar à segunda: a análise sociológica por meio das classes e do conflito entre elas possibilita uma compreensão adequada desses movimentos? Para responder a esta questão, precisamos esclarecer o que são classes, as diferentes acepções do conceito e sua transformação (ainda que aqui não seja possível uma exposição exaustiva e minuciosa).

A palavra classe é empregada em dois contextos teóricos distintos. O primeiro é o das teorias de estratificação social, onde classe é uma variável de gradação, síntese de um conjunto de atributos a variar ao longo de um *continuum*. Estas teorias tentam explicar as propriedades e os comportamentos dos indivíduos por meio de variações de *status* e poder. O segundo contexto é o das teorias de classe propriamente ditas, onde a classe é uma variável de relação, categoria que agrupa sujeitos partilhando certas propriedades só

significativas quando relacionadas a outras propriedades que definem outros agrupamentos (GUIMARÃES, 1998).

É importante notar que as teorias de classe procuram explicar a ação coletiva dando ênfase à ordem econômica. Elas se dividem em duas correntes principais. A primeira, de inspiração weberiana, considera a posição de mercado dos indivíduos como critério principal de pertença social. Segundo Weber, a situação de classe é a "oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica." (WEBER, 1971, p. 212). Contudo, como está ligada ao momento decisivo que apresenta condição comum para a sorte individual, ao tipo de oportunidade no mercado, a situação de classe é, em última análise, situação de mercado (HIRANO, 1974).

De orientação individualista tanto em termos metodológicos como ontológicos, sendo a ação coletiva um resultado casual, específico e contingente das ações individuais, esta teoria não considera a classe como necessariamente central à explicação sociológica (GUIMARÃES, 1998). As classes são agregados sociais que não determinam necessariamente grupos sociais efetivos. Embora a identidade da situação de mercado crie a identidade dos interesses de classe, estes não bastam para fundamentar a unidade da classe como grupo social. A identidade leva a um comportamento idêntico, a um agir de massa, que não supõe uma ação ou organização comuns. A classe só surge como base da ação coletiva quando se desenvolve um sentimento de comunidade de interesses ou de comunidade de destino, e esse sentimento fomenta a ação comum em defesa de tais interesses (CAVALLI, 1995, v. 1, p. 169-175). Nesse sentido, é preciso notar a distinção entre classe, *status* e partido – ainda que relacionados –, tal como proposta por Weber, e também que valores, como o prestígio social, são considerados bases mais comuns para a ação coletiva.

A outra corrente, na qual nos deteremos mais, é a de tradição marxista. Ela toma a posição dos indivíduos na organização da produção econômica como principal critério de pertinência; sua orientação é sobretudo estruturalista e totalizante. Se para Weber a classe limitava-se à ordem econômica, para Marx ela é o corte através do qual é possível examinar a estrutura da sociedade

e sua dinâmica, é o elemento central na análise das relações entre o econômico, o político, o social e o cultural.

O marxismo clássico procurou definir classes sobretudo quanto às posições na estrutura produtiva e de relações sociais de produção. Tais diferenças fazem com que os interesses de uma classe sejam diversos e contrapostos aos de outra classe.

Os interesses de classe são considerados objetivos, no sentido de que são independentes tanto da percepção individual, quanto da percepção coletiva produzida mediante a interação de percepções individuais. [...] Nesse sentido, os interesses antecedem a formação das classes, constituindo-se mesmo no catalisador da sua organização. (GUIMARÃES, 1998, p. 17-18).

Interesses de classe, todavia, só podem ser realizados e servir como base da ação coletiva quando os indivíduos adquirem uma consciência de classe, ou seja, quando “os indivíduos que compartilham posições estruturais semelhantes se tornam conscientes dos interesses que correspondem a estas posições, organizando-se conseqüentemente com a finalidade de exercerem uma ação política adequada a tais interesses.” (GUIMARÃES, 1998, p. 18). Essa passagem do antagonismo econômico para o nível político (política e economia são níveis diferentes, embora relacionados), da “classe em si” para a “classe para si”, é feita por intermédio dos partidos políticos, “sujeitos históricos por excelência, que amalgamam as consciências e forjam a capacidade de ação dos indivíduos, transformando-os em classes.” (GUIMARÃES, 1998, p. 18).

Esta leitura feita pelo marxismo clássico, insatisfatória em vários aspectos, parece corresponder justamente àquele paradigma tradicional da sociologia descrito por Laclau. Como já foi demonstrado, esta forma reducionista e economicista de pensar as classes e a luta de classes é “totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos” (LACLAU, 1986, p. 46), ainda que possivelmente fosse mais adequada para pensar a realidade social do século XIX.

Diversas foram as críticas a essa leitura dos marxistas clássicos: questionou-se a legitimidade do conteúdo da consciência de classe, a relação causal simplificada entre base produtiva e superestrutura política e ideológica,

o papel histórico da classe proletária, a passagem direta da percepção dos interesses de classe para a ação coletiva, a própria idéia de exploração, etc.

Uma crítica importante foi a dos estruturalistas franceses ao reducionismo econômico dos clássicos. Eles procuravam alargar as condições objetivas onde as classes seriam constituídas, incluindo nesse âmbito elementos políticos e ideológicos. Identificando objetividade e estrutura, buscaram “definir leis gerais que explicassem mudanças na estrutura de classe, matriz sobre a qual se constituiriam os elementos políticos de vontade e consciência. Essas condições consubstanciaram as estratégias e as táticas de ação – a política de formação de classe, o sistema de alianças, os objetivos partidários”. Eles mantiveram o pressuposto básico de que o partido é a classe, o sujeito objetivado. “A análise visava dotar o sujeito (pressuposto) de consciência objetiva e não explicar os sujeitos (coletivos) realmente existentes.” (GUIMARÃES, 1998, p. 19).

Bruni (1988, p. 32) nota que esta explicação estruturalista, proposta por Althusser e sua escola, está intimamente relacionada com a crise do marxismo. Descartando o sujeito em nome de uma estrita cientificidade, deixou de ser um instrumento de luta pela emancipação do proletariado, transformando-se em uma teoria dogmática indissociável dos PCs autoritários de origem stalinista. Estes possuíam a visão correta do processo histórico-social, guiando de fora a classe operária incapaz de superar suas limitações políticas e ideológicas. “A teoria, esse discurso sem sujeito, passa a falar por todos os sujeitos, põe-se como a única fala autorizada e legítima, desqualificando justamente aqueles a quem se dirige e a quem pretende emancipar” (BRUNI, 1988, p. 32), tornando-os objetos permanentes de um saber. Seu discurso racional e científico faz-se imperialista e cria uma hierarquia entre os próprios sujeitos: os homens do saber e os homens do não saber, atribuindo-se o privilégio da referência suprema.

Não é preciso dizer quão distante esta versão do marxismo está dos novos movimentos sociais. Estes não apenas não podem ser explicados por ela, como inclusive a ela se opõem por intermédio de suas práticas. Foi assim que em maio de 1968 a crítica se dirigiu também às organizações tradicionais de esquerda e ao discurso racionalista e científico, tentando esvaziar suas formas de poder. Desta maneira, como bem observa Bruni (1988), a dissolução do althusserianismo deveu-se menos ao debate intelectual do que às novas

práticas políticas, sociais, culturais e individuais, que tornaram a sua maquinaria conceitual inteiramente desprovida de interesse.

Por fim, damos destaque à afirmação de Guimarães de que no marxismo dos anos 1980 a teoria das classes assemelha-se, cada vez mais, a uma teoria da ação coletiva, perdendo suas preocupações revolucionárias e essencialistas. Esta afirmação nos conduz diretamente à última questão a que nos propomos responder: qual a forma mais adequada para tratar dos novos movimentos sociais?

O caminho proposto pelas teorias da ação coletiva, onde os marxistas tentam encontrar lugar para sua teoria das classes, procura designar e homogeneizar as ações e os agentes dos movimentos sociais, buscando uma unidade suficiente para fundá-los como objeto unificado. Surge assim a noção de “movimentos sociais” como categoria enunciada unificadamente pelo pensamento sociológico, onde sujeitos muito diversos são colocados como equivalentes e tidos como exemplos de uma categoria “mais ampla”. Este procedimento constrói um objeto (“movimentos sociais”, “ação coletiva”) para além de seu acontecimento e/ou de sua forma sensível, para além de sua diversidade, em uma articulação ou totalização cujos limites, afinal, possam harmonizar-se com o próprio conhecimento sociológico (PAOLI, 1991).

Conforme Paoli relata, essa tentativa, feita por variadas orientações teóricas e epistemológicas,

[...] encontra dificuldades na construção de sua teoria, seja como modelo que contenha as características definidoras desta ação coletiva, seja como atribuição de funções e estrutura a estas características, seja até mesmo como tipo médio orientador da observação, construído pela comparação dos traços ‘mais comuns’ dos diferentes movimentos sociais de novo tipo. Pois o fato de estes terem aparecido para a interpretação em sua temporalidade; de terem sido, desde o início, investidos de um papel fundamental nos processos sociais contemporâneos; e, sobretudo, de terem surgido no campo de um debate político e teórico e portanto já carregados de sentido por aqueles que são seus agentes e seus intérpretes – propõe uma dificuldade crescente: como diluir os discursos específicos de identidade desses movimentos para se

chegar a uma teoria geral, com delimitada coerência e objetividade suficientes para fundar um campo de análise que fala, exatamente, das especificidades e indeterminações dessas ações coletivas (afinal, não é isso que lhes deu o atributo de ‘novos’ movimentos sociais)? (PAOLI, 1991, p. 113).

A dificuldade, como expõe Paoli, advém do modo como estes movimentos articulam a temporalidade, o discurso e a noção de sujeito. Esta forma de conhecer e avaliar o tema, portanto, dissolve aquilo que, no próprio modelo, caracteriza os movimentos sociais: o sentido de cada prática coletiva ancorado na enunciação dos próprios sujeitos. Há, assim, uma *incompatibilidade entre estas duas abordagens, e dificilmente as práticas simbólicas diversas podem ser descontextualizadas para se agregar em uma categoria unificada de interpretação.*

3 Uma nova perspectiva de análise para os diversos movimentos sociais

Outra perspectiva de análise pode, contudo, ser sugerida, pois enfrenta as diferenças simbólicas sem reduzi-las a um termo único. Ela dar-se-ia por meio de perspectivas específicas, nascidas direta ou indiretamente das práticas e identidades coletivas, em movimento, e não de uma teoria ou idéia reguladora. Os estudos que partem de cada uma dessas ações e situações apresentam uma vitalidade bem maior e parecem “revelar-se como passíveis de universalidade”, podendo “falar dos movimentos sociais e da própria sociedade de modo mais adequado, analiticamente inclusive, do que uma teoria dos movimentos sociais” (PAOLI, 1991, p. 117).

Nesse sentido, pode-se compreender a influência crescente que autores como Michel Foucault e Gilles Deleuze passaram a exercer sobre as ciências sociais européias, anglo-saxãs e brasileira: o projeto genealógico de ambos buscou reconstituir, a partir da perspectiva desses movimentos, uma história erudita dos diversos conflitos, respeitando sua especificidade, negando-se a uma totalização teórica e, principalmente, recusando-se a assumir o papel de porta-voz, representante ou guia das massas oprimidas. Inseridos no contexto dos conflitos de maio de 1968, tais autores fizeram de suas análises históricas armas nas batalhas cotidianas contra as formas de sujeição e submissão, de

modo que aqueles que delas participavam pudessem encontrar eles mesmos seus projetos, táticas e alvos. (BRUNI, 1989; DELEUZE, 2004, p. 219-226; FOUCAULT, 1979, p. 68-78, 151 e 242, 1995, p. 224-235, 1999, p. 8-14).

Apenas como observação final, é preciso deixar claro que a insuficiência do paradigma das classes em explicar os chamados “novos movimentos sociais” e em oferecer um posicionamento político adequado diante dos conflitos que eles trazem não quer de modo algum dizer que o conceito de classe deva ser abolido, e muito menos que diversas contribuições do marxismo estejam superadas. Os conceitos de classe social, de luta de classes e análises como a de Marx sobre a mercadoria ainda possuem grande interesse e inclusive centralidade para esclarecer questões importantes da sociedade contemporânea. Todavia, não podem dar conta de todas as questões de nossos dias, e em função disso não devem ser essencializados como princípios metafísicos de explicação geral – até porque são historicamente constituídos, algo que seus formuladores reconheceram e reconhecem de bom grado. É por isso que, diante dos chamados (impropriamente) “novos movimentos sociais”, é necessário repensar teórica e politicamente o modo de analisá-los.

Referências

ALTHUSSER, L. 1970. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença.

BRUNI, J. C. 1988. Há uma crise nas ciências sociais? In: MARQUES NETO, J. L.; LAHJERTA, M. (Orgs.). *O pensamento em crise e as artimanhas do poder*. São Paulo: Unesp.

_____. 1989. Foucault: o silêncio dos sujeitos. *Tempo Social*, São Paulo, v.1, n.1, p. 199-207.

CAVALLI, A. 1995. Classe. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB. v. 1, p. 169-175.

DELEUZE, G. 2004. *Post-scriptum: sobre as sociedades de controle*. In: _____. *Conversações 1972-1990*. São Paulo: Editora 34. p. 219-226.

DELEUZE, G.; FOUCAULT, M. 1979. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. p. 69-78.

FOUCAULT, M. 1999. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. 1995. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 231-249.

GUIMARÃES, A. S. 1998. *Um sonho de classe: trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta*. São Paulo: Hucitec.

HIRANO, S. 1974. *Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber*. São Paulo: Alfa-Omega.

LACLAU, E. 1986. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, p. 41-47, out..

MARX, K. 1982. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Difel. v. 1.

_____.; ENGELS, F. 1989. *História*. São Paulo: Ática. (Grandes Cientistas Sociais).

PAOLI, M. C. 1991. As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 31, out. p. 107-119.

WEBER, Max. 1969. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica. 2 v.

_____. 1971. Classe, status e partido. In: _____. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 211-228.